A [inserir o nome da pessoa jurídica cedente], por meio de seu(s) representante(s) legal(is), requer à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP **REDUÇÃO DE ALÍQUOTA DE ROYALTIES** aos campos de produção de petróleo ou gás natural concedidos.

| 1. **Descrição do requerimento**
 |
| --- |
| Solicitamos o benefício de redução de alíquota de royalties aos campos de produção de petróleo ou gás natural concedidos, identificados a seguir, nos termos do Art. 3º da Resolução ANP nº 853/2021.O enquadramento como Empresa de Pequeno/Médio Porte foi aprovado pela [Resolução de Diretoria nº XXXXX / Despacho do Circuito Deliberativo nº XXXX - indicar o processo ANP], nos termos Art. 1° da Resolução ANP n° 32/2014 e publicado no Diário Oficial da União edição do dia [inserir a edição, data, seção e página].  |

| 1. **Dados gerais da requerente**
 |
| --- |
| Razão social |  |
| Nome fantasia |  | CNPJ |  |
| Grupo societário[[1]](#footnote-2) |  |
| Endereço completo |  |
| Cidade/UF |  | CEP |  |
| Telefone/Fax: |  |
| Homepage |  |
| Dados do(s) representante(s) legal(is) / credenciado(s). No mínimo, um representante |
| Nome |  | Cargo |  | CPF |  |
| Tel. |  | E-mail |  |
| Nome |  | Cargo |  | CPF |  |
| Tel. |  | E-mail |  |

| 1. **Lista de Campos Concedidos no ato do Requerimento**
 |
| --- |
| Nome do Campo | Código do Campo | Bacia | Localização (terra/mar) | Alíquota de royalties original de contrato | O Campo é beneficiário de redução de alíquota de royalties conferido por outra norma da ANP? (sim/não) |

|  |
| --- |
| 1. **Documentos obrigatórios**
 |

|  |
| --- |
| Requerimento de redução de alíquota de royalties. |
| Comprovação de enquadramento como empresa de pequeno ou médio porte, isoladamente, ou consórcio, cujos membros sejam empresas de pequeno ou médio porte com participação igual ou superior a setenta e cinco por cento. Art. 3º, Resolução ANP nº 853/2021; |
| Comprovante de inscrição no CNPJ. Art. 5º, parágrafo único, inciso I, Resolução ANP nº 853/2021. |
| Certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e à dívida ativa da União (CND) ou certidão positiva de débitos com efeitos de negativa (CPD-EN) relativos a créditos tributários federais e à dívida ativa da União, a cargo da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Art. 5º, parágrafo único, inciso II, Resolução ANP nº 853/2021. |
| Certificado de regularidade do FGTS (CRF). Art. 5º, parágrafo único, inciso III, Resolução ANP nº 853/2021. |
| Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT) ou certidão positiva com efeito de negativa, a cargo da Justiça do Trabalho. Art. 5º, parágrafo único, inciso IV, Resolução ANP nº 853/2021. |

| 1. **Declarações da requerente**
 |
| --- |

Declaro, sob as penas previstas na legislação, que:

1. as informações prestadas neste requerimento são verdadeiras, precisas e autênticas;
2. estou ciente do disposto no Art 5º, inciso I, da Resolução ANP nº 853/2021, que trata da necessidade de adimplência de todas as obrigações relativas às participações governamentais;
3. estou ciente de que, deferido o pedido, os concessionários e a ANP celebrarão termo aditivo ao contrato de concessão, no prazo de trinta dias, contados da notificação da decisão da ANP, nos termos do Art. 7º, caput, Resolução ANP nº 853/2021;
4. estou ciente de que, caso ocorra alteração no enquadramento do Operador do campo como empresa de pequeno ou médio porte, será necessária a celebração de novo termo aditivo entre os concessionários e a ANP no prazo de trinta dias, contados da notificação da ANP, nos termos do Art. 8º, parágrafo único, Resolução ANP nº 853/2021;
5. estou ciente de que a redução na alíquota de royalties terá efeitos sobre a produção do mês subsequente à data de assinatura do termo aditivo, nos termos do Art. 9º, parágrafo único, Resolução ANP nº 853/2021;
6. estou ciente de que haverá a suspensão da eficácia do termo aditivo de redução da alíquota de royalties no caso de não pagamento das participações governamentais do campo, nos prazos previstos no Decreto nº 2.705, de 3 de agosto de 1998, nos termos do Art. 10, caput, Resolução ANP nº 853/2021;
7. estou ciente de que haverá a perda de eficácia do termo aditivo de redução da alíquota de royalties no caso de não atendimento das condições de enquadramento como empresa de pequeno ou médio porte, isoladamente, ou consórcio, cujos membros sejam empresas de pequeno ou médio porte com participação igual ou superior a setenta e cinco por cento, nos termos do Art. 12, Resolução ANP nº 853/2021;

Local e data [inserir local e data]

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinado por: [inserir o(s) nome(s) do(s) representante(s) legal(is) da requerente]

Requerente: [inserir o nome da requerente]

1. Art. 1º, inciso I, da Resolução nº 34/2014: Grupo Societário: é o grupo formalmente constituído por empresas nos termos do art. 265, da Lei 6.404/1976 ou o grupo constituído de fato, composto por empresas vinculadas entre si por relação de controle direto ou indireto em comum, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º, do art. 243, da Lei 6.404/1976, ou conforme o disposto no art. 1097, no art. 1098 e no art. 1099 do Código Civil; [↑](#footnote-ref-2)